



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 365

Lapa, 27 de Julho de 2012

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação, Projeto de Lei nº 055/2012, que Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

João Renato Leal Afonso
03/08/12
João Renato Leal Afonso
Vereador - Presidente

Paulo César Fialtes Furiati
Paulo César Fialtes Furiati
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

JOÃO RENATO LEAL AFONSO

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

Protocolo Nº: 764 / 2012

03/08/2012 - 16:13

C

Responsável: INE



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 055, DE 27 DE JULHO DE 2012.

Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto Lei:

CAPÍTULO I DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I Da Instituição e emissão

Art. 1º - Fica instituída, para registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e).

§ 1º - A NFS-e deverá ser emitida on-line por meio da Internet, na página oficial do município ou outra por ela direcionada, somente pelos prestadores de serviços, estabelecidos no município da Lapa, mediante a utilização de sistema adotado pela administração.

§ 2º - Para emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços é obrigatória a identificação do tomador do serviço, independente de o imposto ter sido ou não retido.

Seção II Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º - O Executivo Municipal definirá através de Decreto os prestadores de serviços obrigados à emissão da NFS-e, ficando até então, a adesão por opção do contribuinte.

§ 1º - Os contribuintes que optarem pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo.

§ 2º - Não poderão optar pela emissão da NFS-e os contribuintes sujeitos pela legislação municipal à tributação fixa do ISS.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 055, DE 27.07.12

... 02

Art. 3º - A adesão à Nota Fiscal Eletrônica de Serviços deverá ser feita mediante protocolo de requerimento do interessado à Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Fiscalização Tributária.

§ 1º - Após o deferimento do pedido de utilização de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e liberação de acesso ao sistema de emissão, o contribuinte não poderá utilizar as notas fiscais de serviços emitidas por meio físico, as quais deverão permanecer em posse do contribuinte e poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo fisco municipal.

§ 2º - A partir da obrigatoriedade da utilização da NFS-e os contribuintes prestadores de serviços terão o prazo de 60 (sessenta) dias para entregar ao Departamento de Fiscalização Tributária as Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas por meio físico, não utilizadas, para inutilização.

§ 3º - Entender-se-á por Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas por meio físico, aquelas autorizadas pelo município e impressas tipograficamente pela gráfica, em talonários ou formulários contínuos, ou emitidas por sistema próprio informatizado.

Seção III Das Informações Necessárias à NFS-e

Art. 4º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços conterá as seguintes informações:

- I – número sequencial de controle;
- II – número sequencial do prestador de serviços;
- III – código de segurança para verificação de autenticidade;
- IV – data e hora da emissão;
- V – identificação do prestador de serviços, contendo:
 - a) área para introdução do logotipo do contribuinte emitente;
 - b) nome ou razão social;
 - c) endereço completo;
 - d) endereço eletrônico (e-mail);
 - e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - f) inscrição municipal;
- VI – identificação do tomador de serviços, contendo:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço completo;
 - c) endereço eletrônico (e-mail);
 - e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 055, DE 27.07.12

... 03

- VII – descrição do serviço;
- VIII – base de cálculo das retenções;
- IX – total das retenções;
- X – ISSQN retido;
- XI – valor líquido a pagar;
- XII – valor total da nota;
- XIII – valor da dedução (se houver);
- XIV – código da atividade, descrição da atividade, base de cálculo, alíquota e valor do ISSQN;
- XV – informações adicionais;
- XVI – área reservada para o brasão do município, endereço completo e CNPJ da Prefeitura;
- XVII – área de confirmação dos serviços prestados para assinatura do tomador;

§ 1º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços conterá, no cabeçalho, após os dados do prestador de serviços a expressão "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e)".

§ 2º - O número de controle da NFS-e será gerado sequencialmente pelo sistema, em ordem crescente, para o controle do Município.

§ 3º - O número da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços do prestador será gerado sequencialmente pelo sistema, em ordem crescente, sendo específico para cada estabelecimento ou contribuinte.

Seção IV Do Cancelamento da NFS-e

Art. 5º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços somente poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema de nota fiscal de serviço eletrônica, antes do pagamento do imposto.

Parágrafo único - Após o pagamento do imposto, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo municipal, o qual tramitará conforme a Lei Complementar nº 03 de 30 de Dezembro de 2011.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 055, DE 27.07.12

... 04

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

Art. 6º - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I – 10% do VRM para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II – 20% do VRM para cada emissão indevida de NFS-e tributável declarada como isenta, imune ou não tributável;

III – 75% do VRM para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada;

IV – 100% do VRM para o descumprimento da entrega das Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas por meio físico, conforme artigo 3º, § 2º desta Lei.

Parágrafo único – Entende-se como indevidamente cancelada, de acordo com o artigo 6º, inciso III, a NFS-e municipal emitida com a intenção de fraudar o fisco municipal, através de provas documentais e/ou testemunhais levantadas por contribuintes, terceiros ou pelo próprio fisco municipal.


Art. 7º – As infrações constantes deste capítulo respeitarão as limitações do poder de tributar do artigo 150, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” da Constituição Federal.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Os casos omissos poderão ser regulamentados através de Decreto Municipal.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 27 de Julho de 2012.


Paulo César Fialtes Furiati
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 055, DE 27 DE JULHO DE 2012.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Este projeto de lei tem como objetivo instituir, para registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) no Município da Lapa.

A necessidade de tal procedimento tem como base a evolução de sistemas e equipamentos que conferem ao contribuinte a possibilidade da referida emissão, concedendo a ela mais praticidade da emissão e facilidade de fiscalização por parte do nosso Departamento de Fiscalização Tributária, pois quando ocorre a emissão da NFS-e, automaticamente o sistema adotado recentemente pela Administração Municipal realiza a escrituração no livro fiscal de serviços prestados do Contribuinte.


Observamos que o nosso novo sistema interno já mencionado está preparado para tal qual emissão, não acarretando para o Município da Lapa nenhum gasto imediato e direto de cunho financeiro.

Por último, temos que ressaltar que a instituição da referida NFS-e tem também como benefício indireto a ausência de emissão de notas fiscais em papel, contribuindo, de maneira singela e com a ausência do uso do papel, da preservação do meio ambiente.

Portanto, solicita-se a instituição da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) ora apresentada.

Diante do exposto, convidamos, portanto, os Nobres Vereadores para que somemos esforços a fim de aprovar este projeto, contribuindo, dessa forma, para melhorar a praticidade da emissão da Nota Fiscal pelo contribuinte e facilidade de fiscalização por parte do nosso Departamento de Fiscalização Tributária.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 27 de Julho de 2012.


Paulo César Fiates Furiati
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 055/2012

Autor: Executivo Municipal


Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 03/08/2012.

Apresentado em Expediente do Dia 03/08/2012.

À COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Redação, em 03/08/2012.


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE - ACYR HOFFMANN

CARLOS ALBERTO HAMMERSCHMIDT

JOSÉ FRANCISCO HOFFMANN

PROJETO DE LEI N° 055/2012

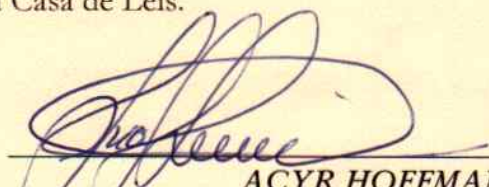
Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 06/08/2012


ACYR HOFFMANN
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE - ACYR HOFFMANN

CARLOS ALBERTO HAMMERSCHMIDT

JOSÉ FRANCISCO HOFFMANN

PROJETO DE LEI Nº 055/2012

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 03/08/2012.

Apresentado em Expediente do Dia 03/08/2012.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº ____/2012.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Em 06/08/2012

Carlos

ACYR HOFFMANN

ACYR HOFFMANN

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 07/08/2012

Relator

Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE - ACYR HOFFMANN

CARLOS ALBERTO HAMMERSCHMIDT

JOSÉ FRANCISCO HOFFMANN

PROJETO DE LEI Nº 055/2012

Autor: Executivo Municipal

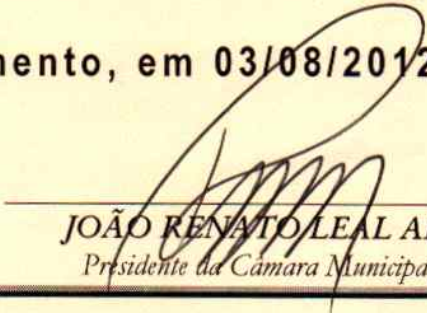
Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 03/08/2012.

Apresentado em Expediente do Dia 03/08/2012.

À COMISSÃO DE

Economia, Finanças e Orçamento, em 03/08/2012.


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE - WILMAR JOSÉ HORNING
CASTURINA COLTZ BOSCH HENDRIKX
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO

PROJETO DE LEI Nº 055/2012

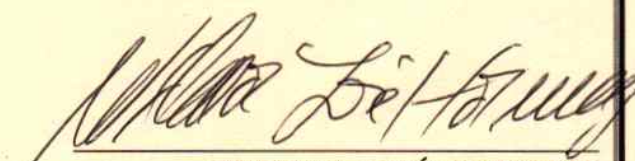
Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 06/08/2012


WILMAR JOSÉ HORNING
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE - WILMAR JOSÉ HORNING

CASTURINA COLTZ BOSCH HENDRIKX

JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO

PROJETO DE LEI N° 055/2012

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 03/08/2012.

Apresentado em Expediente do Dia 03/08/2012.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei n° ____/2012, em substituição ao autor do mesmo.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Em 06/08/2012

WILMAR JOSÉ HORNING
WILMAR JOSÉ HORNING
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 06/08/2012

WILMAR JOSÉ HORNING
Relator

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE - WILMAR JOSÉ HORNING
CASTURINA COLTZ BOSCH HENDRIKX
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO

PARECER

Projeto de Lei nº 055/2012

Ref.: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Busca-se através do Projeto de Lei nº 055/2012, do Executivo Municipal a instituição no Município da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, a qual, segundo o autor será destinada para registro modernizado das operações que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN, conferindo ao contribuinte maior praticidade e facilidade de fiscalização por parte do Departamento de Fiscalização Tributária.

Pelo tem-se que a referida nota fiscal será emitida online pela página oficial do Município e o Município irá emitir Decreto estabelecendo os prestadores de serviços que serão obrigados a utilizarem a nota fiscal eletrônica.

Com relação ao assunto em tela, nossa Lei Orgânica estabelece que;

Art. 6º - Compete ao Município:

III - instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancete nos prazos fixados em lei;

Diante disso, considerando que é da competência do Município legislar sobre a cobrança de tributos, em especial à forma de fazê-lo, pode o presente Projeto ter o seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis com a deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer.

Poder Legislativo, 15 de agosto de 2012.

Jonathan Diltich Junior
OAB/PR 37.437

PARECER

Projeto de Lei nº 055/2012

Ref.: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 055/2012, de autoria do Executivo Municipal, cujo objeto é a instituição no Município da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

Pela justificativa apresentada e anexada ao referido Projeto, tem-se que o mesmo é para efetuar os registros das operações que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), justificando ainda que isto tem por base a evolução de sistemas e equipamentos que conferem ao contribuinte a possibilidade da referida emissão com mais praticidade e facilidade de fiscalização por parte do Departamento de Fiscalização Tributária, explicando ainda que quando ocorre a emissão da NFS-e, automaticamente o sistema adotado pela Administração realiza a escrituração no livro fiscal de serviços prestados do contribuinte.

Estabelece o Projeto que o Executivo Municipal ira definir através de Decreto os prestadores de serviços obrigados à emissão da NFS-e, ficando, até então a adesão por opção do contribuinte, sendo que os contribuintes que optarem pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos ao disposto nesta Lei, sendo que a Lei veda a opção pela NFS-e aos contribuintes sujeitos pela legislação tributária fixa do ISS.

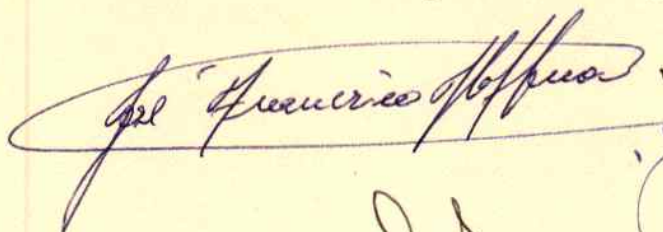


A adesão a nota fiscal eletrônica se processará mediante requerimento protocolado pelo interessado junto à Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Fiscalização Tributária, sendo que após deferido tal pedido o contribuinte não poderá emitir notas fiscais no meio físico

Isto posto, considerando que compete ao Município legislar sobre seus tributos e serviços, esta Comissão é favorável ao mesmo.

É o parecer.

Poder Legislativo, 13 de agosto de 2012.




Ayrton Hoffmann
Vereador



PARECER

Projeto de Lei nº 055/2012

Ref.: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de
Serviços e estabelece outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 055/2012, de autoria do Executivo Municipal, cujo objeto é a instituição no Município da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

O Executivo demonstra que o Projeto é para efetuar os registros das operações que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN, explicando que isto será para modernizar a arrecadação e fiscalização de tributos.

Segundo o autor o projeto confere ao contribuinte a possibilidade da referida emissão com mais praticidade e facilidade de fiscalização por parte do Departamento de Fiscalização Tributária.

De acordo com o artigo 1º, a nota fiscal será emitida online pela página oficial do Município e o Município irá emitir Decreto estabelecendo os prestadores de serviços que serão obrigados a utilizarem a nota fiscal eletrônica.

No artigo 4º estão descritas as informações que deverão conter a nota eletrônica, sendo que os números de controles serão gerados sequencialmente pelo sistema, em ordem crescente para controle do município.

Sobre o tema nossa Lei Orgânica diz que;

Art. 6º - Compete ao Município:

III - instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancete nos prazos fixados em lei;

Art. 21 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

p) às políticas públicas do Município;

II - tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

Art. 69 - Ao Prefeito compete:

XIX - superintender a arrecadação de tributos e de preços dos serviços públicos;

Isto posto, esta Comissão é favorável ao mesmo.

É o parecer.

Poder Legislativo, 14 de agosto de 2012.

Wilmar Lio Homing

Wilmar Homing - Lio
Vereador

Dango Leonardi

DANGO LEONARDI
Vereador

[Signature]

PROJETO DE LEI Nº 86/2012

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **A P R O V A:**

CAPÍTULO I
DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

Seção I
Da Instituição e emissão

Art. 1º - Fica instituída, para registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e).

§ 1º - A NFS-e deverá ser emitida on-line por meio da Internet, na página oficial do município ou outra por ela direcionada, somente pelos prestadores de serviços, estabelecidos no município da Lapa, mediante a utilização de sistema adotado pela administração.

§ 2º - Para emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços é obrigatória a identificação do tomador do serviço, independente de o imposto ter sido ou não retido.

Seção II
Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º - O Executivo Municipal definirá através de Decreto os prestadores de serviços obrigados à emissão da NFS-e, ficando até então, a adesão por opção do contribuinte.

§ 1º - Os contribuintes que optarem pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo.

§ 2º - Não poderão optar pela emissão da NFS-e os contribuintes sujeitos pela legislação municipal à tributação fixa do ISS.

Art. 3º - A adesão à Nota Fiscal Eletrônica de Serviços deverá ser feita mediante protocolo de requerimento do interessado à Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Fiscalização Tributária.

§ 1º - Após o deferimento do pedido de utilização de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e liberação de acesso ao sistema de emissão, o contribuinte não poderá utilizar as notas fiscais de serviços emitidas por meio físico, as quais deverão permanecer em posse do contribuinte e poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo fisco municipal.

§ 2º - A partir da obrigatoriedade da utilização da NFS-e os contribuintes prestadores de serviços terão o prazo de 60 (sessenta) dias para entregar ao Departamento de Fiscalização Tributária as Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas por meio físico, não utilizadas, para inutilização.

§ 3º - Entender-se-á por Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas por meio físico, aquelas autorizadas pelo município e impressas tipograficamente pela gráfica em talonários ou formulários contínuos, ou emitidas por sistema próprio informatizado.

Seção III **Das Informações Necessárias à NFS-e**

Art. 4º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços conterá as seguintes informações:

- I – número sequencial de controle;
- II – número sequencial do prestador de serviços;
- III – código de segurança para verificação de autenticidade;
- IV – data e hora da emissão;
- V – identificação do prestador de serviços, contendo:
 - a) área para introdução do logotipo do contribuinte emitente;
 - b) nome ou razão social;
 - c) endereço completo;
 - d) endereço eletrônico (e-mail);
 - e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - f) inscrição municipal;
- VI – identificação do tomador de serviços, contendo:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço completo;
 - c) endereço eletrônico (e-mail);
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- VII – descrição do Serviço;
- VIII – base de cálculo das retenções;
- IX – total das retenções;
- X – ISSQN retido;
- XI – valor líquido a pagar;
- XII – valor total da nota;
- XIII – valor da dedução (se houver);
- XIV – código da atividade, descrição da atividade, base de cálculo, alíquota e valor do ISSQN;
- XV – informações adicionais;
- XVI – área reservada para o brasão do município, endereço completo e CNPJ da Prefeitura;
- XVII – área de confirmação dos serviços prestados para assinatura do tomador;

§ 1º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços conterá, no cabeçalho, após os dados do prestador de serviços a expressão “Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e)”.

§ 2º - O número de controle da NFS-e será gerado sequencialmente pelo sistema, em ordem crescente, para o controle do Município.

§ 3º - O número da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços do prestador será gerado sequencialmente pelo sistema, em ordem crescente, sendo específico para cada estabelecimento ou contribuinte.

Seção IV **Do Cancelamento da NFS-e**

Art. 5º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços somente poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema de nota fiscal de serviço eletrônica, antes do pagamento do imposto.

Parágrafo único - Após o pagamento do imposto, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo municipal, o qual tramitará conforme a Lei Complementar nº 03 de 30 de Dezembro de 2011.

CAPÍTULO II **DAS PENALIDADES**

Art. 6º Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 10% do VRM para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II - 20% do VRM para cada emissão indevida de NFS-e tributável declarada como isenta, imune ou não tributável;

III - 75% do VRM para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada;

IV - 100% do VRM para o descumprimento da entrega das Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas por meio físico, conforme artigo 3º, § 2º desta Lei.

Parágrafo único - Entende-se como indevidamente cancelada, de acordo com o artigo 6º, inciso III, a NFS-e municipal emitida com a intenção de fraudar o fisco municipal, através de provas documentais e/ou testemunhais levantadas por contribuintes, terceiros ou pelo próprio fisco municipal.

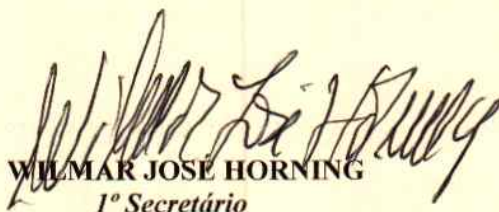
Art. 7º - As infrações constantes deste capítulo respeitarão as limitações do poder de tributar do artigo 150, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal.


CAPÍTULO III **DISPOSIÇÃO FINAIS**

Art. 8º - Os casos omissos poderão ser regulamentados através de Decreto Municipal.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Lapa, em 29 de outubro de 2012.


WILMAR JOSE HORNING
1º Secretário


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente